

LÍNGUA PORTUGUESA E OS ESTUDOS LITERÁRIOS E LINGUÍSTICOS PRODUZIDOS NO BRASIL

ANGELA MARIA GOMES
(ORGANIZADORA)

LÍNGUA PORTUGUESA E OS ESTUDOS LITERÁRIOS E LINGUÍSTICOS PRODUZIDOS NO BRASIL

ANGELA MARIA GOMES
(ORGANIZADORA)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

L755 Língua portuguesa e os estudos literários e linguísticos produzidos no Brasil [recurso eletrônico] / Organizadora Angela Maria Gomes. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-81740-10-8
 DOI 10.22533/at.ed.108201902

1. Educação. 2. Língua portuguesa. 3. Linguística. I. Gomes, Angela Maria.

CDD 410

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Podemos vislumbrar a literatura representando a plenitude funcional da linguagem, um saber da Língua não limitado à competência idiomática. “Língua Portuguesa e os Estudos Literários e Linguísticos produzidos no Brasil” nos traz pesquisas que abordam relações entre os campos literário e linguístico, a integração entre os ensinamentos de língua e literatura, as quais constituem uma forma conjunta e única da nossa cultura.

A leitura constitui uma atividade central tanto para a formação docente em si, como para a construção de ações didático-pedagógicas à altura das exigências e complexidades dos espaços sociais e institucionais da sociedade contemporânea. A experiência com o texto literário, além de levar a uma análise das estratégias linguísticas de construção desse texto, colabora também para a construção de um pensamento crítico acerca de questões éticas, políticas, sociais e ideológicas.

Aqui encontramos reflexões que vão ainda além: o universo das práticas pedagógicas com foco no ensino de literatura e psicanálise, propondo-nos como objetivo uma prática de ensino construindo uma interface entre a psicanálise junguiana e a literatura gótica vitoriana; a poesia nos apresentada como a verdade da obra dramática e a escrita literária revelada como uma partitura verbal para a linguagem poética na obra do dramaturgo Ariano Suassuna; a análise dos aspectos espaciais, não apenas como elementos estáticos em uma narrativa, mas com uma significativa funcionalidade dentro do texto literário, analisado aqui na obra do escritor português José Saramago.

Entre tantos gêneros e composições literárias, o conto é uma narrativa curta que gira em torno de um só conflito, com poucos personagens. Mas Como ler um conto de três parágrafos apenas? Pode um título ser um verso que em seis palavras condensa os mais variados mistérios da vida? Estas e outras reflexões literárias você encontra aqui!

Angela M. Gomes

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| “A VERDADEIRA CASA DE CADA UM É O SÍTIO ONDE DORME” – ESPAÇO EM <i>ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA</i> | |
| Yane Scavinski | |
| DOI 10.22533/at.ed.1082019021 | |
| CAPÍTULO 2 | 15 |
| A ESCUTA POÉTICO-MUSICAL DE “UMA MULHER VESTIDA DE SOL”: LITERATURA E MÚSICA EM UNIDADE PERFORMÁTICA NA OBRA DE ARIANO SUASSUNA | |
| Célia Patrícia Sampaio Bandeira | |
| DOI 10.22533/at.ed.1082019022 | |
| CAPÍTULO 3 | 25 |
| A LEITURA COMO ESPAÇO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: HÁ UM OUTRO CAMINHO? | |
| Heliud Luis Maia Moura | |
| DOI 10.22533/at.ed.1082019023 | |
| CAPÍTULO 4 | 41 |
| DEFICIENTE AUDITIVO E SURDO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES | |
| Sílvia Cleide Piquiá dos Santos Ilza Galvão Cutrim | |
| DOI 10.22533/at.ed.1082019024 | |
| CAPÍTULO 5 | 52 |
| ENSINANDO INTERATIVIDADE AOS PROFESSORES DA PRÉ-ESCOLA COM AUXÍLIO DO MOODLE EM SALA DE AULA | |
| Felipe Bertelli Levez Fabriciu Alarcão Veiga Benini | |
| DOI 10.22533/at.ed.1082019025 | |
| CAPÍTULO 6 | 59 |
| LITERATURA E MATEMÁTICA: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR | |
| Diana Patricia Ferreira de Santana Neide Biodere | |
| DOI 10.22533/at.ed.1082019026 | |
| CAPÍTULO 7 | 65 |
| “MENTIRAS E VERDADES NO MESMO CHÃO”: UMA TRAVESSIA PELO CONTO DE MARIA LUCIA MEDEIROS | |
| Lídia Carla Holanda Alcantara | |
| DOI 10.22533/at.ed.1082019027 | |
| CAPÍTULO 8 | 76 |
| O MÉDICO E O MONSTRO EM INTERFACE COM A PSICANÁLISE JUNGUIANA: UMA PROPOSTA PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE LITERATURA | |
| Gabriel Penteado Rocha Lucia Maria dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.1082019028 | |

| | |
|----------------------------------|-----------|
| SOBRE A ORGANIZADORA..... | 90 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 91 |

DEFICIENTE AUDITIVO E SURDO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Data de aceite: 14/02/2020

Sílvia Cleide Piquiá dos Santos

UFMA

silpiquia@yahoo.com.br

Ilza Galvão Cutrim

UFMA

ilzagal@uol.com.br

RESUMO: Este trabalho tem como foco discutir diferenças entre os modos de subjetivação de pessoas com perda auditiva. O objetivo é mostrar que as diferenças entre o sujeito com deficiência auditiva e surdo podem estar relacionadas com concepções filosóficas, médicas, políticas, culturais. Os discursos sobre a surdez foram constituídos ao longo da história e resultaram em diferentes formas de identificação dos sujeitos com perdas auditivas. Essas diferenças no modo de subjetivação às vezes causam conflitos culturais em relação à maneira de se identificar um sujeito surdo e um sujeito com deficiência auditiva. Qual a diferença entre Surdo e deficiente auditivo? Há problema em não fazer diferença? Essa e outras perguntas motivaram a discussão neste trabalho. As diferenças dos sujeitos devem ser consideradas de acordo com suas especificidades e o contexto discursivo, político,

cultural e social.

PALAVRAS-CHAVE: Subjetivação. Surdez. Diferença.

ABSTRACT: This work aims to discuss differences between the modes of subjectivation of people with hearing loss. The objective is to show that the differences between the hearing impaired and deaf subjects may be related to philosophical, medical, political, cultural conceptions. The discourses on deafness were constituted throughout history and resulted in different forms of identification of subjects with hearing loss. These differences in the mode of subjectivation sometimes cause cultural conflicts in relation to the way of identifying a deaf subject and a hearing impaired subject. What is the difference between deaf and hearing impaired? Is it a problem not to make a difference? This and other questions motivated discussion in this paper. The differences of the subjects should be considered according to their specificities and the discursive, political, cultural and social context.

KEYWORDS: Subjectivation. Deafness. Difference.

1 | INTRODUÇÃO

Para Silva (2015), “a identidade e a

diferença estão em uma relação estreita de dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação.” Para o autor, a identidade e a diferença são produzidas por variados sentidos e atos linguísticos que resultam numa identidade que a define como diferente de outra. Não podem ser definidas fora de um contexto cultural e social, pois a linguagem é definida como sistema de significação compostos por sistemas discursivos e simbólicos que o estruturam.

A pessoa com surdez nem sempre tem um ambiente favorável de comunicação: falta domínio da língua de sinais, não há oralização, faltam intérpretes de libras, entre outras coisas. É preciso considerar as diferenças entre os sujeitos com perda auditiva para compreender os modos de subjetivação e respeitar a escolha de identificação social e cultural de cada um deles.

Neste trabalho discutimos sobre os modos de subjetivação dos sujeitos com perda auditiva e surdez a partir do uso das nomenclaturas deficiente auditivo e surdo. Existe uma nomenclatura correta? Existe diferença entre deficiente auditivo e surdo? Existe uma única forma de proceder a essa identificação? Como devemos chamar as pessoas com perda parcial da audição? Esses questionamentos direcionam nossa discussão no sentido de observar algumas mudanças discursivas na concepção de surdez.

Este artigo apresenta, inicialmente, uma discussão sobre políticas de inclusão no Brasil para sujeitos com surdez desde meados do século XIX e as mudanças discursivas nos documentos legais a respeito do modo de subjetivação dos sujeitos com surdez. O segundo tópico discute as diferenças culturais relacionadas à concepção clínico-patológica e a socioantropológica que atravessam o discurso sobre a surdez, produzindo conflitos na forma de identificação dos sujeitos com perda auditiva. Por último, discute duas formas diferentes de identificação dos sujeitos com surdez: deficiente auditivo e surdo; e, apresenta algumas diferenças culturais e linguísticas que envolvem a forma de subjetivação do sujeito surdo.

2 | POLÍTICAS DE INCLUSÃO PARA SUJEITOS COM SURDEZ

No Brasil, a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES em 1857 foi um acontecimento relevante para as mudanças discursivas acerca do sujeito surdo e para o processo de construção de sua identidade. Depois surgiram outras políticas públicas de inclusão de deficientes, como a Lei 10.098/2000, que prevê a formação e atuação de intérprete para possibilitar acessibilidade e informação às pessoas com perdas auditivas até a criação da Lei 10.436/2002, conhecida como Lei de Libras, que reconhece a Libras como língua oficial da comunidade surda. Essa lei tornou-se um marco na trajetória da construção da cultura e identidade surda. Conforme seu entendimento:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

A oficialização da Língua de Sinais Brasileira – Libras, como forma de comunicação, foi extremamente relevante na criação de políticas educacionais e linguísticas para atender a demanda dos surdos. A inclusão da disciplina Libras nos cursos de licenciaturas, educação especial e fonoaudiologia possibilitou mudanças significativas para a educação dos surdos como também mais acessibilidade comunicativa. Entretanto, está expresso na lei, em seu art. 4º - parágrafo único, que a Libras “não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”. A partir da Lei, passou-se a utilizar com mais frequência também o termo pessoa surda.

Antes da lei de Libras, o Decreto 3.298/99 regulamentava a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispunha sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Neste documento, o conceito utilizado analisa apenas as limitações das pessoas. O Art. 3º, do mencionado Decreto, considera deficiência como:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1999)

É possível observar a deficiência sendo considerada em perspectivas psicológica, fisiológica, anatômica.

Em seu Art. 4º, o Decreto nº 3.298/99, ao considerar pessoa portadora de deficiência, a coloca em uma categoria, que é deficiência auditiva:

[...]

II - deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
- b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db – surdez severa;
- e) acima de 91 db – surdez profunda; e
- f) anacusia. (BRASIL, 1999)

Esse olhar é baseado na concepção clínico-patológica, que vê a surdez como deficiência, e a trata como doença que precisa ser reparada. Essa concepção propõe o uso de aparelho de amplificação sonora individual ou implante coclear, acompanhado de treinamento auditivo intensivo (PEREIRA et al, 2011).

Entretanto, os movimentos sociais de surdos lutaram por políticas de inclusão que fossem fundamentadas na concepção socioantropológica, a fim de que a surdez fosse compreendida como uma diferença, e que a pessoa surda seja reconhecida como alguém que faz parte de uma comunidade minoritária com língua e cultura próprias (PEREIRA et al, 2011). Os movimentos lutaram para o reconhecimento da língua de sinais e da comunidade surda. Essa luta se concretizou na Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Entretanto, a regulamentação só ocorreu com a criação do Decreto nº 5.626/2005, que revogou o art. 4º do Decreto 3.298/99, que determinou um novo olhar sobre as pessoas com perda auditiva e surdez.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

PARÁGRAFO ÚNICO. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005)

Com isso, é possível perceber que houve uma evolução em relação ao conceito político de surdez ao longo da história e que interferiu e interfere no olhar sobre o sujeito com perda auditiva. Essas mudanças refletiram em aspectos culturais, sociais, educacionais e políticos sobre a identidade do sujeito surdo. Então, surgem os questionamentos sobre o que é certo em relação à surdez. Mas iremos verificar que não existe uma única resposta certa. A resposta dependerá do lugar em que esse sujeito se encontra e dos acontecimentos que o envolvem.

3 | DIFERENÇAS CULTURAIS

Falar sobre surdez é ultrapassar o discurso da patologia para ocupar um lugar nos estudos da cultura, das ciências sociais, da linguística e da educação, como um objeto de interesse por pesquisadores diversos, não só militantes. O discurso deve adentrar por questões de expressões culturais, diferenças de identidade, lutas sociais, efetivações de direitos que promovem novos olhares sobre a surdez.

As diferenças linguísticas e culturais existentes entre as pessoas que nasceram surdas e as que perderam a audição total ou parcial após o período de aquisição da linguagem fazem com que os sujeitos se identifiquem como diferentes ou se vejam diferentes. Esses sujeitos podem ser identificados de formas diferentes por se constituírem em ambientes culturais e linguísticos distintos, ou por influências políticas e sociais. Para Hall (2012), a identidade é definida historicamente e não biologicamente.

O discurso sobre a surdez está permeado por concepções clínico-patológica e socioantropológica. O uso da língua de sinais pelo surdo representa um ponto de vista da concepção socioantropológica que valoriza os elementos: crença, costumes, comportamentos e língua como pertencente à cultura por refletir a forma de organização de um grupo e de referência de um povo (PEREIRA et al, 2011). Seguindo essa concepção, Perlin (2004) afirma que há identidades surdas que representam uma grau de receptividade cultural e de consciência política e corporal em relação a sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes e desvalorização social assumida pelo sujeito.

Para Strobel (2008), a cultura surda representa a expressão de valores, crença e comportamentos transmitidos pelas gerações passadas de surdos e pelas comunidades surdas. O estudo sobre cultura surda no Brasil tem evoluído bastante desde o reconhecimento da Língua de Sinais pela Lei nº 10436/02.

No livro *As imagens do outro sobre a cultura surda*, Strobel (2008) explica a diferença entre comunidade surda e povo surdo. As comunidades surdas são compreendidas pela participação de sujeitos surdos e ouvintes – membros de família, intérpretes, professores, amigos entre outros – que compartilham interesses comuns em um determinado lugar. Povo surdo são os sujeitos surdos “que estão ligados por uma origem, por um código de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços” (STROBEL, 2008, p. 31).

Ao afirmarmos que os surdos brasileiros são membros de uma cultura surda não significa que todas as pessoas surdas no mundo compartilhem a mesma cultura simplesmente porque elas não ouvem. Os surdos brasileiros são membros da cultura surda brasileira da mesma forma que os surdos americanos são membros da cultura surda norte-americana. Esses grupos usam línguas de sinais diferentes, compartilham experiências diferentes e possuem diferentes experiências de vida.

A deficiência auditiva, para o paradigma clínico, pode ser qualquer distúrbio no processo de audição que pode ocasionar problemas no desenvolvimento da linguagem (BEVILACQUA, 1998). A deficiência no período pré-língual pode ser chamado de hipoacusia se acontecer quando o sujeito por motivo de alguma patologia nasceu surdo ou ainda bebê adquiriu alguma doença que causou a perda auditiva, mas em que o sujeito não teve contato suficiente com a linguagem oral para aprender a falar ou entender a fala (BEVILACQUA, 1998). Essas pessoas não têm memória auditiva e geralmente não se consideram como deficientes. Elas não podem ouvir, mas sabem que podem fazer qualquer outra coisa que outras pessoas fazem. Se consideram normais, ou seja, não há necessidade de “consertar” seus ouvidos. Eles não se identificam pela falta da audição ou pelo grau que ouvem, mas pelo uso da língua de sinais. Essas pessoas se consideram como “culturalmente” surdas, na medida em que falam Língua de Sinais Brasileira, Libras. A perda de audição não é um problema para eles. Surdo é quem eles são.

As comunidades surdas buscam se integrar por meio de atividades culturais, políticas, educacionais e de lazer sempre interagindo em língua de sinais em todos os momentos e ambientes. As famílias que possuem pais e filhos surdos costumam se comunicar predominantemente em Libras, por ser considerada sua língua materna. A criança surda que cresce utilizando a língua de sinais no ambiente familiar tem valores culturais da comunidade surda mais arraigado.

Já a surdez pós-lingual, com a maioria das pessoas, acontece com a perda de audição após a aquisição da linguagem oral. A diminuição da audição pode ser causada por algum efeito colateral de medicamentos, trauma, infecção ou uma doença (BEVILACQUA, 1998).

As pessoas com surdez pós-lingual sabem conversar e se comunicar na língua oral, alguns sujeitos se subjetivam como ouvintes, e continuam imersas no “mundo auditivo”, mesmo com uma perda auditiva leve ou profunda. Alguns se subjetivam como deficientes auditivos por não aceitarem a surdez e se identificarem com o “mundo auditivo”, ou seja, utilizam meios diversos para minimizar sua dificuldade de audição: leitura labial, audição residual, próteses auditivas, implantes cocleares, dispositivos auxiliares e outras tecnologias. O sujeito que utiliza um dos meios citados e não utiliza a língua de sinais constrói sua identidade de forma diferente do sujeito que utiliza um dos meios e ainda sinaliza. Esse sujeito se vê diferente da forma como é visto pela comunidade surda, mesmo que faça uso da língua de sinais. O uso de aparelhos ou implantes não elimina completamente suas limitações de audições. Esse sujeito é visto de forma diferente e se sente diferente. Ele vive em conflito constante com sua identidade, pois não se considera surdo, nem deficiente,

nem ouvinte.

4 | IDENTIDADE E DIFERENÇA: DEFICIENTE AUDITIVO OU SURDO?

Existem diferenças conceituais e não apenas terminológicas entre deficiente auditivo e surdo. Segundo Santana (2007), as normas sociais estabeleceram mudanças entre os dois termos. No passado, a surdez era considerada uma doença incurável. Na atualidade, é considerada como uma diferença em que “os termos *deficiente auditivo* e *surdo* ou *Surdo* são termos ideologicamente marcados”.

Na perspectiva do Decreto nº 5.626/05, um dispositivo legal que produz um discurso político de inclusão social, a deficiência auditiva é considerada “a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”(art. 2º, parágrafo único). O sujeito pode ter perda parcial ou total de audição. De acordo com o Decreto nº 5.626/05, art. 2º, surdo é “pessoa surda que por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras”. Já o termo Surdo é utilizado para definir a pessoa pertencente à Comunidade Surda, e que usa a língua de sinais para se comunicar. Para Strobel (2008), “os sujeitos surdos que têm acesso à língua de sinais e participação da comunidade surda tem maior segurança, autoestima e identidade sadia”.

Entretanto, não são suficientes as afirmações para decidir qual o melhor termo a ser utilizado. Há vários discursos que permeiam o discurso sobre surdez, então é necessário considerar os acontecimentos discursivos e os dispositivos legais e culturais para perceber as regularidades discursivas nas dispersões dos enunciados. Para Foucault (2012), dois enunciados distintos podem ser permeados de discursos semelhantes que permitem uma regularidade discursiva.

Para discutir sobre o modo de objetivação o qual se identifica os sujeitos com perda auditiva precisamos escolher a concepção teórica para basear nossos estudos e a construção da identidade e da cultura dos sujeitos. Segundo Hall (2014), há três concepções diferentes de identidade que precisam ser observadas e analisadas para se escolher qual seguir. A primeira é do sujeito iluminista, totalmente centrado, unificado, dotado de razão, de consciência e de ação que não se alteram do início da vida até o fim de sua existência. A segunda é do sujeito sociológico e dialético, pois o sujeito é “formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais e as identidades que esses mundos oferecem.” A terceira o sujeito pós-moderno que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, sendo formada e transformada continuamente pelos sistemas culturais. Dentre as concepções apresentadas iremos escolher a terceira por se adequar melhor ao

momento e aos acontecimentos.

Segundo Bauman (2005), as identidades são flutuantes por serem conflituosas e negociáveis. As diferenças existentes sempre podem ser explicadas, escondidas e, às vezes, ostentadas, oferecidas ou barganhas. Esse deslocamento pode acontecer total ou parcialmente dependendo do lugar ou das experiências das pessoas envolvidas. Essa afirmação condiz com a realidade dos sujeitos com perda auditiva, pois muitos deles possuem conflitos internos e externos causados pela falta da audição. Isso acontece por vários motivos: familiares, culturais, sociais e políticos que se misturam e não possuem um consenso.

As formas de se identificar de uma pessoa varia ao longo da história por causa das mudanças culturais e sociais que vão surgindo. Somos seres dinâmicos que nos transformamos e adaptamos de acordo com as necessidades físicas, psicológicas, sociais e culturais. Para Bauman (2005), as pessoas buscam alcançar uma identidade atualmente, porém acham uma tarefa intimidadora e impossível por serem produzidas infinitamente. A identidade surge como a exposição a uma comunidade que busca ideia para manter-se unida dentro de um mundo de diversidade e policultura. As decisões que os indivíduos tomam podem determinar ou interferir no seu próprio pertencimento ou identidade, pois não há solidez e não são garantidos por toda vida, podem ser negociáveis e revogáveis.

Cada pessoa vive em muitos lugares diferentes e participa de campos sociais que exercem influências direta ou indiretamente em seus comportamentos. Cada um faz as escolhas do que considera mais adequado por ter autonomia. Segundo Hall, não somos a mesma pessoa sempre, pois dependendo do lugar e do momento temos papéis sociais diferentes e precisando interagir e nos posicionar de forma diferente.

Com base nisso, Woodward (2014) afirma que não somos literalmente a mesma pessoa em todas as situações, pois nos posicionamos diferentemente para expectativas e restrições sociais diferentes. Em cada situação nos representamos diante do outro de forma diferente porque dependendo do contexto nos posicionamos diferente. Além disso, também nos dão uma posição de acordo com o campo social que estamos atuando. A autora ainda afirma que as identidades são fabricadas pela marcação da diferença que ocorre por meio de sistemas simbólicos de representação e de exclusão social. A identidade não é o oposto da diferença, e sim, depende dela. As diferenças existentes nas relações sociais acontecem de forma simbólica e social por meio de sistemas classificatórios para dividir a população de acordo com características de pelo menos dois grupos opostos: nós e eles (por exemplo: sérvios e croatas); eu/outro.

Não existe uma única identidade em que todos se encaixam, nem a pessoa vive a vida toda com uma identidade. As diferenças existem e precisam ser respeitadas.

Segundo Hall (2014), o sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa.

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, p.16, 2014)

A pessoa com surdez se vê de uma forma enquanto os outros a vê de uma forma diferente, tudo depende se faz uso da língua de sinais ou não, ou se utilizam algum meio para diminuir a limitação de audição. Perlin (1998) procura demonstrar sua visão acerca da identidade, afirmando que o sujeito surdo constrói sua identidade com fragmentos de múltiplas identidades ao seu redor. Um sujeito surdo que participa de uma comunidade surda tem características pertencentes a este grupo, mas também empresta fragmentos da identidade ouvinte que constitui novas visões. Os surdos constroem suas identidades continuamente e de forma diversificada como membros de um grupo cultural.

Perlin (1998) afirma que a identidade surda muda de sujeito para sujeito porque não há uma única identidade de surdos, baseando-se na concepção de identidade cultural de Hall (2014). Ela classifica as identidades surdas diante do olhar e dos fragmentos das diferenças existentes entre os surdos. Estas identidades se constituem de diferentes aspectos históricos e sociais, da transitoriedade dos discursos representados e representantes de sujeitos que possibilitam diferentes formas de identificação das identidades.

Perlin (1998) criou as categorias de identidade surda para mostrar que o sujeito é fragmento de múltiplas culturas. As categorias servem para identificar num dado momento quem é esse sujeito, não para definir quem é essa pessoa. Entretanto, existem questões que precisam ser respondidas a esse respeito. Todo surdo precisa se encaixar em uma das categorias definidas pela autora? Se o sujeito é fragmentado ele precisa ser classificado em uma categoria? Se o sujeito não se identificar com nenhuma das categorias ele não é surdo?

O Surdo tem uma cultura própria, construída ao longo da história e das relações sociais e políticas. A cultura surda sofreu influência da ouvinte, mas tem suas próprias características. Segundo Strobel (2008),

A cultura surda se refere a comportamentos, valores, regras e crenças, que permeiam e “preenchem” nas comunidades surdas. Dentre os artefatos principais da cultura surda estão as experiências visuais e as lingüísticas que são essenciais para o povo surdo. A cultura surda também pode incluir a história dos surdos, as piadas em língua de sinais e expressões faciais/corporais, a literatura surda, a arte surda, a pedagogia surda e outros. (Entrevista publicada em novembro de 2008 no site da Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade).

A construção da cultura acontece por meio da interação das pessoas de um grupo ou comunidade com o uso da língua de sinais. Segundo Gesser (2009), a

língua de sinais é natural e evoluiu como parte cultural do povo surdo. A língua não é mímica, possui estrutura e gramática própria. Para a autora, utilizar os termos mudo, surdo-mudo e deficiente auditivo imprimem preconceito, sendo consideradas formas ofensivas ou pejorativas. O discurso sobre a surdez tem diferenças dependendo do espaço de discussão. Dentro do contexto de cultura surda o conceito de povo surdo é relevante para se compreender quem é a pessoa surda. Segundo Strobel (2008),

O povo surdo – os parentes, amigos, intérpretes, professores de surdos -, reconhecer a existência da cultura surda não é fácil, porque no seu pensamento habitual acolhem o conceito unitário da cultura e, ao aceitarem a cultura surda, eles têm de mudar as suas visões usuais para reconhecerem a existência de várias culturas, de compreenderem os diferentes espaços obtidos pelos povos diferentes. Mas não se trata somente de reconhecerem a diferença cultural do povo surdo, e sim, além disso, de perceberem a cultura surda através do reconhecimento de suas diferentes identidades, suas histórias, suas subjetividades, suas línguas, valorização de suas formas de viver e de se relacionar. (Entrevista concedida em 3 de março de 2008 ao blog Vendo Vozes)

O problema da surdez pode ser visto como patológico ou sociocultural. A identificação do sujeito é variável e depende da construção discursiva do sujeito e dos enunciados que o atravessam. Para Gesser (2009), quando surdos e ouvintes veem a surdez como diferença, usam e valorizam a língua de sinais assumem uma postura positiva diante da surdez. Porém, quando a surdez é construída na perspectiva da falta da audição, anormalidade que diverge do padrão, abre espaço para o estigma e o preconceito social. Antigamente o discurso do preconceito era muito forte e reforçava o pensamento de discriminação pelo *déficit* da audição, mas atualmente a surdez com as mudanças políticas e sociais ocorridas vem sendo pensada e discutida pelo prisma cultural.

5 | BREVES CONSIDERAÇÕES

As identidades, por serem fragmentadas e não fixas, podem mudar ao longo do tempo por causa dos sistemas culturais e políticos que possibilitam experiências e promovem a construção de novas identidades a partir da inserção em novos papéis sociais. As mudanças sociais e históricas produzem novas formas de identificação que promovem questionamentos sociais sobre quem somos. Na complexidade da vida moderna nossas experiências nos tornam um ser fragmentado que assume diferentes identidades, causando conflitos e tensões em nossas vidas pessoais. Cada identidade tem um jeito e acaba interferindo na outra.

Este trabalho apresentou uma breve discussão sobre diferenças entre deficiente auditivo e Surdo na perspectiva médica, cultural, política e social. Apesar das diferenças existem semelhanças e o sujeito se identifica de acordo com o lugar que lhe é mais relevante. Verificamos que não existe o certo, tudo é relativo, pois

depende da forma de olhar do eu e do outro. Para isso, devem se considerar sempre as diferenças linguísticas e culturais.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmund. **Identidade: entrevista a Benetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEVILACQUA, M.C. **Implante coclear multicanal: uma alternativa na habilitação de crianças surdas**. Tese de Livre Docência (curso de Fonaudiologia), Universidade de São Paulo, Bauru, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Trad. Luiz Felipe Baeta.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

PEREIRA, Maria Cristina (Org.). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson, 2011.

PERLIN, Gladis. **Histórias de vida surda: identidade em questão**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1998.

STROBEL, Karin.(2008). **Entrevista concedida ao blog Vendo Vozes**. Disponível em: <http://blogvendovozes.blogspot.com.br/2008/03/entrevista-exclusiva-karin-strobel.html>. Acesso em: 20.04.2018.

STROBEL, Karin. **Entrevista concedida a Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/03/perfil.php>, 3 ed. (2008). Acesso em: 20.04.2018

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SILVA, Tomaz T(Org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 12 ed. Petrópolis-RJ, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

D

Didática 52, 83

Diferença 24, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 84

Duplo 18, 70, 76, 79, 84, 86, 87

E

Ensaio sobre a cegueira 1, 2, 3, 14

Ensino de língua portuguesa 25

Espaço 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 25, 27, 28, 29, 30, 36, 38, 40, 50, 59, 63, 65

F

Formação docente 25, 27, 34

I

Interdisciplinaridade 39, 59

J

José Saramago 1, 2, 61

L

Leitura 15, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 46, 60, 61, 62, 63, 64, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 82, 87

Linguagem de programação 52, 55

Literatura 15, 16, 17, 19, 23, 49, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88

Literatura-psicanálise 76, 82

M

Matemática 35, 59, 60, 61, 63, 64

Mentiras 65, 67, 69, 70, 71, 72, 74

Moodle 52, 53, 54, 57, 58

Música e literatura 15

P

Palavras 1, 2, 15, 19, 21, 25, 35, 37, 41, 52, 59, 60, 63, 65, 68, 69, 70, 72, 74, 76

Performance do texto literário 15

Práticas Pedagógicas 30, 58, 76

S

Sala de aula 30, 33, 34, 52, 53, 57, 58, 64, 76, 85, 87

Subjetivação 41, 42

Subjetividade 74, 76, 77, 80, 88

Surdez 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51

T

Teatro brasileiro 15

V

Verdades 65, 67, 69, 70, 71, 72, 74

 **Atena**
Editora

2 0 2 0